

Ditadura Militar e o Instituto de Educação Rangel Pestana

Eduardo Jordan da Silva Aguiarⁱ 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Clodoaldo Ferreira de Oliveiraⁱⁱ 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo ressaltar os desdobramentos do aparato repressivo da Ditadura Militar no Instituto Rangel Pestana localizado na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Isto posto, propor reflexões acerca da ligação da educação brasileira com a expansão capitalista neoliberal no contexto da Ditadura Militar, em especial o Instituto de educação em questão. Nova Iguaçu foi uma região que sofreu intensa instabilidade política durante os Anos de Chumbo, tendo cerca de 15 prefeitos de 1964 a 1985. Analisar o Instituto de Educação Rangel Pestana é buscar compreender como tal instabilidade política e os aparatos repressivos da Ditadura foram percebidos em regiões longe dos grandes centros urbanos. Para tanto, dialogaremos com Daniel Batista, Lidiane Lobo, Olga Paiva que são autores que pesquisam sobre a Baixada Fluminense. Outrossim, com Aparecida Santos e Lúcia Neves para destacar os avanços e ligações do Capital no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Baixada Fluminense. Educação.

The Capital Offensive in Education: the case of the Rangel Pestana Education Institute in the Military Dictatorship

Abstract

This article aims to highlight the consequences of the repressive apparatus of the Military Dictatorship at the Rangel Pestana Institute located in Baixada Fluminense, in Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. That said, to propose reflections on the connection between Brazilian education and neoliberal capitalist expansion in the context of the Military Dictatorship, especially the Education Institute in question. Nova Iguaçu was a region that suffered intense political stability during the Years of Lead, having about 15 mayors from 1964 to 1985. To analyze the Rangel Pestana Education Institute is to seek to understand how such political instability and the repressive apparatus of the Dictatorship were perceived in regions away from major urban centers. To do so, we will dialogue with Daniel Batista, Lidiane Lobo, Olga Paiva who are authors who research the Baixada Fluminense. Also, with Aparecida Santos and Lúcia Neves to highlight the advances and connections of Capital in the Brazilian educational system.

Keywords: Military dictatorship. Baixada Fluminense. Education.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo ressaltar os desdobramentos dos aparatos repressivos e controladores na educação brasileira durante Ditadura Militar tendo como objeto de estudo o Instituto Rangel Pestana localizado na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, durante o período de 1964 a 1985, bem como salientar as ligações de mecanismo neoliberais com uma das escolas mais importantes da Região. Em geral, as instituições escolares, suas comunidades e os processos educativos nelas desenvolvido sofreram os efeitos da instalação da Ditadura Militar no país. Contudo, ainda são poucos os estudos que problematizam, de forma localizada, seu impacto e ingerências nos sujeitos nas práticas.

A localidade vivenciou grandes conflitos ligados à disputa pela terra, ao poder político e à repressão às resistências contra o Golpe Militar. Somente no período de 1964 a 1985, a prefeitura da cidade teve 15 prefeitos, dos quais 09 governaram durante os cinco primeiros anos do Regime Civil-Militar, ou seja, a cidade mais importante da região (na época) passou por grande instabilidade e conflito político derivado, diretamente, do rompimento democrático (ALVES, 2003). O golpe civil-militar de 1964 perseguiu, sistemática e violentamente, os educadores cujo pensamento e ação julgavam subversivos e contrários aos alegados “interesses nacionais”. O governo imposto pelas armas atingiu, logo de início, três grandes educadores brasileiros: *Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire*. Esses nomes alcançaram destaque nacional e suas ideias, em termos de educação, foram consideradas inadequadas ao ideal do regime vigente, devido ao foco na emancipação dos sujeitos, por meio do desenvolvimento do pensamento e do senso crítico. Todavia, como se deu os desdobramentos e ações em cidades como Nova Iguaçu, em especial Institutos de Educação como o Rangel Pestana que era um grande espaço de formação na Baixada Fluminense?

Para tanto, temos como objeto de investigação, o Instituto de Educação Rangel Pestana que se chamava Instituto de Educação de Nova Iguaçu. No início da década de 1960 começou a ser construído o prédio do Instituto de Educação de Nova Iguaçu (IENI), instituição criada através do decreto nº 4.929, de acordo com o Diário Oficial de 6 de dezembro de 1961 (PAIVA, 2012). O IENI foi construído no

mesmo terreno que o Grupo Escolar Rangel Pestana e, posteriori, se tornou o Instituto de Educação Rangel Pestana

O Instituto de Educação Rangel Pestana faz parte e ajudou a criar história do município de Nova Iguaçu. Formando professores, cidadãos e personalidades que contribuíram para a história da região.

1.1 Breve histórico da cidade de Nova Iguaçu e da Educação na Região no Século XX

3

De cidade perfume, por conta da sua extensa e vasta produção de laranja, a cidade- dormitório, ou mesmo a febre do loteamento. A ocupação da Baixada Fluminense, como em boa parte do Brasil, se deu pela fé, com freguesias ligadas a grandes paróquias. Antes de qualquer coisa, o termo Baixada Fluminense deriva de Baixada da Guanabara ou Recôncavo da Guanabara como também era conhecida a região. Em quase toda sua totalidade, os atuais municípios surgiram da Vila Iguassú, atual município de Nova Iguaçu.

O século XIX foi o de progresso e de decadência para Vila Iguassú. A Construção do Porto Iguassú, da Fazenda São Bernardino e da Estrada de Ferro Rio D'Ouro contribuem para esse processo de crescimento da Vila Iguassú no século XIX. (TÔRRES, p.105, 2004) No século XX, Nova Iguaçu, cidade mãe da Baixada Fluminense, ainda tenta resolver problemas de abastecimento de água, saneamento, insalubridade, doenças contagiosas e crise econômica. Em 1933, Nova Iguassú tinha oito distritos que iam de Sarapuhí, no 8º distrito em Duque de Caxias a Marapicu em Queimados, 2º distrito. A citricultura com a produção da laranja na década de 1930 fez com que Nova Iguaçu fosse nacionalmente e internacionalmente conhecida. Problemas econômicos e políticos na Era Vargas, a II Guerra Mundial e as condições ruins da Baixada Fluminense levaram à decadência das plantações e o fim da cidade da laranja. Estes vastos terrenos improdutivos, deixados pela crise da laranja, propiciaram na década de 1940 e 50, a onda de loteamento em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense. Distritos de Nova Iguaçu como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti na década de 30 já começam a sentir a urbanização com o processo de loteamento. Nas décadas de 1950 a cidade começa a virar cidade dormitório do Rio de Janeiro.

Na década de 60, Nova Iguaçu já tinha quase 500 mil pessoas em sua região. Uma das maiores populações do país¹ e contava, segundo o Censo escolar, com cerca de 294 escolas primárias e 34 escolas o ensino secundário. Sendo

¹ IBGE- CNE- N08 <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 25/08/2022.

assim, cerca de 74% das crianças em idade escolar estavam matriculadas na escola, porém dialogando com Silva (2019), notamos que os alunos que terminavam a escolarização estavam concentrados ao redor do centro da cidade. Tal processo levou a desigualdade educacional e concentração de renda.

4

Neste período, o ensino secundário era voltado para a profissionalização, cursos como administração, contabilidade, mecânica e formação de professores eram os mais requisitados. Porém, como a realidade em todo o país, o acesso era dificultado pelos poucos estabelecimentos que ofereciam formação de segundo nível, neste caso os egressos do ensino fundamental entravam no mercado de trabalho postulando funções com menor remuneração, e apenas uma pequena parcela da população dava continuidade aos estudos (SILVA, 2019, p. 56).

Dessa forma, Nova Iguaçu durante o século XX viu surgir diversos espaços educacionais que contribuíram para o desenvolvimento da região. Citamos o Colégio Leopoldo (1933), O Instituto Iguaçuano (1940), O IESA - Instituto de Educação Santo Antônio (1937) e o próprio Instituto de Educação Rangel Pestana (1966).

A cidade de Nova Iguaçu configura-se como uma região, dentro do Estado do Rio de Janeiro e por sua proximidade com locais estratégicos militares, também sofreu intervenções que geraram instabilidade política, social e educacional.

2 Metodologia

O arcabouço metodológico desse texto se encontra em algumas estratégias: a pesquisa documental, o diálogo constante com literaturas ligadas direta ou indiretamente ao tema investigado, bem como em um último processo a história oral. Outrossim, sobre a Baixada Fluminense e a educação durante a Ditadura Militar, dialogamos com Lidiane Lobo (2019), Olga Paiva (2012), Daniel Batista (2011), Débora Luiza Silva (2019), Cunha (1985), Romanelli (2010), Ridenti (2007), Tôres (2004) entre outros.

Nesse sentido, buscamos desenvolver uma pesquisa qualitativa pautada também na investigação de periódicos da época, tais como “Imprensa Popular”, “Correio da Manhã”, “Última Hora”, “Voz Operária”, “A Luta Democrática” e “A noite”.

Sobremaneira, investigamos os arquivos da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu, do Instituto de Educação Rangel Pestana, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.

3 Resultados e Discussões

5

A Educação, no recorte temporal selecionado, ocorre no contexto de Ditadura Militar em que a Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional efetivada pelos militares concebeu o processo educativo como um elemento essencial para alavancar o crescimento econômico do País. Essa visão da educação como capital humano, da educação como fator de desenvolvimento passou a ser disseminada, norteando as diretrizes governamentais do período. Aos olhos de militares, empresários e técnicos do Governo, o desenvolvimento científico e tecnológico era uma das metas a ser atingido pela Nação, daí a canalização do investimento do Estado no Ensino Superior, especialmente na área tecnológica, com forte valorização de carreiras acadêmicas ligadas às Engenharias, formando a mão de obra mais especializada e necessária à melhoria da infraestrutura, notadamente nos setores da indústria e construção pesada.

Numa segunda frente de ação, a reforma do ensino de 1º e 2º graus foi consumada com a LDB nº 5692/71. Essas novas diretrizes e bases para a educação passaram a dar ênfase à formação para o trabalho, respondendo, na sua grande maioria, pela profissionalização dos segmentos populares, para atuar em postos que exigiam menos especialização e qualificação. Tal concepção ganhou contornos aplicáveis ao contexto de Ditadura Militar, através da Escola Superior de Guerra, transformando-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68, que se baseou na Teoria do Capital Humano, de Theodore Shultz.

Nesse contexto, o Brasil foi submetido ao AI-5 (Ato Institucional nº 5) que deu plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Com o AI-5, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, que restringiu significativamente os direitos dos estudantes, funcionários e professores

(CUNHA, 1985). O Decreto-Lei 477 ampliou a repressão e o terrorismo governamental às redes de ensino. O primeiro artigo desse decreto excedeu “infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular: o aliciamento e incitamento à greve, o atentado contra pessoas, bens ou prédio, os atos destinados à organização de movimentos subversivos, o sequestro e o uso de estabelecimentos escolares para “fins de subversão” (CUNHA, 1985).

6

Sendo assim, com o objetivo de silenciar manifestações de professores, de estudantes, de trabalhadores sindicalizados, de intelectuais, de artistas e de todos aqueles que se opunham abertamente ao regime instaurado, o poder político e econômico dos grupos dominantes recorreu à manipulação de meandros legais e à violência policial-militar, quando os “riscos” de transformações se tornaram maiores, o que ocorreu entre o primeiro e o sexto Atos Institucionais (1964 e 1968). Com o chamado “tratamento de choque” aos que fossem considerados subversivos, instaurou-se a repressão governamental (BORGES, 2003).

Às penalidades impostas pela ação militar reagiu-se com protestos públicos, como greves e passeatas, que vão perdendo força pela repressão, entre o AI-5, de 15 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei nº 477,10 de 26 de fevereiro de 1969. A partir desse decreto, acentua-se a punição severa aos professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, cujas ações fossem consideradas subversivas. Subversivo, pelo decreto, seria todo cidadão que se opusesse ao novo regime (CUNHA, 1985).

A política educacional que se desenvolveu sob o regime militar organizou-se em torno dos seguintes eixos: Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis; Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a ‘teoria do capital humano’, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensão profissionalização. ; Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. Nesse contexto, Nova Iguaçu foi uma área constantemente vigiada pelos tentáculos da Ditadura. A região tinha uma importância econômica, bem como política e social, pois era uma das maiores cidades do estado (SILVA, 2019).

A institucionalização da censura, através do Serviço Nacional de Informações (SNI) apresenta outra faceta do controle técnico, burocrático e ideológico sofrido pelos processos educacionais. Algo comum no período era a comunicação da Secretaria de professores e alunos das escolas regionais. Tais documentos eram enviados pela Secretaria de Educação (SEC) e pelo seu Departamento de Ensino de 2º grau (DESG) era uma forma de impor a esses sujeitos aquilo que era consentido ou terminantemente proibido no espaço da escola e de suas salas de aula. Assim, levanta-se o seguinte questionamento: como tais mudanças afetaram a comunidade escolar do Instituto de Educação Rangel Pestana?

Nesse sentido, dialogando com Lobo (2019), ressaltamos uma importante ação na conjuntura educacional de Nova Iguaçu já nos primeiros anos do Golpe Militar que é a nomeação de Simão Sessim para diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana. A grosso modo, Sessim jogava o jogo que o Regime Militar queria para uma das escolas mais importantes da Baixada Fluminense. Tal processo já se configura como uma ação local da Ditadura Militar no que tange a educação. Simão Sessim depois passou de diretor para Secretário Municipal de Educação e depois chefe de gabinete do prefeito Ruy de Queiroz, vinculado ao partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), interventor federal na Cidade de Nova Iguaçu de 1969 a 1971. Esse mesmo Interventor, antes, era diretor do Colégio Monteiro Lobato que também foi uma escola de grande importância para a região.

Dessa maneira, apenas com esses dois personagens, podemos salientar as ações do Regime Militar no campo educacional de Nova Iguaçu e como tais “professores” usaram cargos de direção tanto no Instituto de Educação Rangel Pestana e Monteiro Lobato como trampolim para a vida política na Ditadura Militar.

3.1 Ligações da Educação com a expansão capitalista neoliberal no contexto da Ditadura Militar

A relação direta entre Educação e expansão capitalista se configurou uma política de Estado na Ditadura Militar, bem como a ofensiva do capital voltada para a

formação de mão-de-obra qualificada para abastecer a indústria. Dialogando com Neves (2005), notamos que o Regime Militar que se iniciou em 1964 desenvolveu uma aparelhagem estatal, pois como Estado na condição de Educador buscava um controle político e ideológico em diversos níveis no que tange a Educação Pública.

8

Sendo assim, tal processo se deu através de Reformas, leis, decretos, mudanças no currículo e grade escolar, censura a livros, perseguição direta aos profissionais da educação e na Teoria do Capital Humano que objetivava, entre outros fatores, criar mão-de-obra qualificada. Outrossim, tal teoria esvaziou a criticidade do cotidiano escolar. Posteriormente de todas as restrições mandatórias ainda na década de 1960, os governos militares juntamente com o governo estadunidense selaram acordos através de cooperação entre MEC (Ministério da Educação) e United States International for Development (USAID) realizando acordos responsáveis por reformas de leis no sistema educacional. Dessa forma, estes contratos celebrados no território nacional geraram novos rumos à educação, intimamente ligados por características autoritárias e hegemônicas. Dialogando com Lobo (2019), ressaltamos a ligação entre Capital/Neoliberalismo e a educação pública brasileira, em especial o Instituto de Educação Rangel Pestana em Nova Iguaçu:

O professor Simão, já alinhado aos militares, constitui-se como uma figura estratégica para a efetivação desta política. É durante sua gestão, já no ano de 1965, que o Jornal Luta Democrática informaria a doação de centenas de livros à biblioteca do Instituto de Educação, a primeira escola secundária daquele município. Tal ação, feita pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (USIS – United Station Information Services), confirma a tese por aqui aventada: a adesão de setores dominantes brasileiros à agenda dos países capitalistas centrais (...), havia também o interesse no mercado latino-americano pelos grupos econômicos, apoiadores e financiadores de algumas destas ações (LOBO, 2019, p.56).

Sendo assim, notamos a ligação estreita entre Institutos Escolares, loteados por personas ligados aos interesses da Ditadura Militar, ao Capital/Neoliberalismo. Qual o interesse da United States International for Development (USAID) e da (USIS – United Station Information Services) em “doar livros para a biblioteca” para uma

escolar secundária no interior do Rio de Janeiro? Percebemos que a resposta se dá no sentido de alinhar interesses mercadológicos, ideológicos e políticos.

A ditadura militar provocou muitas mudanças que se refletiram sobre a sociedade, criando novos padrões de comportamento e de relações sociais. Em 1969, duas disciplinas sumiram do currículo escolar. Os estudantes não tinham mais Sociologia nem Filosofia, e em seu lugar o governo militar criou três disciplinas: Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira – válidas para todas as escolas e todos os níveis, do fundamental ao universitário.

9

4 Considerações finais

O objetivo do nosso trabalho foi ressaltar os desdobramentos do aparato repressivo da Ditadura Militar no Instituto Rangel Pestana, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ, com reflexões acerca da ligação entre a educação brasileira e a expansão capitalista neoliberal no contexto da Ditadura Militar. Importante novamente ressaltar que Nova Iguaçu foi um território de intensa instabilidade política durante os Anos de Chumbo. Essa instabilidade política foi percebida nas regiões distantes dos centros urbanos. Entendemos que o arcabouço metodológico utilizado, ou seja, a pesquisa qualitativa e documental, além da utilização dos arquivos da Cúria Diocesana, Câmara dos Vereadores, Instituto de Educação Rangel Pestana, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, somados aos periódicos da Imprensa Popular, Correio da Manhã, Última Hora, Voz Operária, A Luta Democrática e A noite, contribuíram para produção desse artigo.

A Ditadura Militar trouxe profundas mudanças para a sociedade brasileira, em especial no tocante a educação. Vimos que regiões, como Nova Iguaçu, longe dos grandes centros urbanos sofreram com grandes aparatos repressivos para controlar possíveis resistências ao Regime Militar. A localidade vivenciou grandes conflitos ligados à disputa pela terra, ao poder político e à repressão às resistências contra o Golpe Militar. Somente no período de 1964 a 1985, a prefeitura da cidade

teve 15 prefeitos, dos quais 09 governaram durante os cinco primeiros anos do Regime Civil-Militar.

Sendo assim, observamos que personas, ligados aos campos conservadores da Baixada, assumiram postos de direção e poder em locais como o Instituto de Educação Rangel Pestana. Tal processo configura-se como uma forma de controle e repressão aos professores nesse período. Outrossim, salientamos os acordos através de cooperação entre MEC (Ministério da Educação) e United States International for Development (USAID) realizando acordos responsáveis por reformas de leis no sistema educacional e como tal processo levou o Instituto de Educação Rangel Pestana receber doação de livros” para sua biblioteca através desse programa de financiamento e colaboração.

Nova Iguaçu, atualmente, mantém um dos piores índices de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, famílias se alternam no controle de espaços de poder na região, muitas dessas, adquiriram seus status na Ditadura Civil-Militar. Investigar esse período é entender como estruturas de poder e coerção se mantém tão fortes na Baixada Fluminense. O diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana que virou uma das figuras mais importantes politicamente (e rico) o fez jogando o jogo da Ditadura Militar.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

BATISTA, Alofs Daniel. **Da Laranja ao Golpe**: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOBO, Lidiane Barros. **“Quem manda na escola pública?”** Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu – RJ entre 1964 e 1988. 2019. 130p. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ), Duque de Caxias, 2019.

PAIVA, Olga Marinho. **O Curso Normal Do Instituto de Educação Rangel Pestana (1966-2011): Espaço de Memória e Tradição na formação de Professores em Nova Iguaçu.** 2012. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEVES, Lúcia. **A Nova Pedagogia da Hegemonia.** RJ, Editora Xamã, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil.** Petrópolis:Vozes, 2010.

SANTOS, Aparecida Tiradentes dos. **Pedagogia do Mercado: Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI.** R, Ed. Ibis Libris,2012.

ⁱ **Eduardo Jordan da Silva Aguiar**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9016-0790>

Secretaria Municipal de Educação de Araruama; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos (PPGEDUC – UFRRJ).

Doutorando em Educação pelo PPGEDUC da UFRRJ; Ms. em Educação pelo PPGEA da UFRRJ; Esp. em Docência no Ensino de História pela UNIBF e Licenciado em História UFRRJ. Professor na SME de Araruama e Agente de Apoio à Educação Especial na Prefeitura do RJ. Contribuição de autoria: colaborou na pesquisa, na análise do debate teórico e na escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4733389191954965>

E-mail: eduardojordansa@yahoo.com.br

ⁱⁱ **Clodoaldo Ferreira de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7709-6763>

Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal do Rio de Janeiro; Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos (PPGEDUC – UFRRJ). Doutorando em Educação pelo PPGEDUC da UFRRJ; Ms. em Educação pelo PPGEA da UFRRJ; Esp. em História do Brasil pela UFF e Licenciado em História pela Faculdade Simonsen. Professor na SME – RJ e na SEEDUC – RJ.

Contribuição de autoria: colaborou na pesquisa, na análise do debate teórico e na escrita do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1895478301147835>

E-mail: clodoaldohistoria@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva; OLIVEIRA, Clodoaldo Ferreira de. Ditadura Militar e o Instituto de Educação Rangel Pestana. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.